

**CONTRATO PROGRAMA PARA A PRESTAÇÃO DE
SERVIÇO PÚBLICO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA
E ESGOTAMENTO SANITÁRIO, QUE ENTRE SI
CELEBRAM O ESTADO DO PARANÁ, O MUNICÍPIO
DE PINHAIS E A COMPANHIA DE SANEAMENTO DO
PARANÁ – SANEPA.**

Conforme autorização firmada no Convênio de Cooperação assinado em 25/06/14, pelo presente instrumento, o **ESTADO DO PARANÁ**, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa no Palácio Iguaçu, Praça Nossa Senhora da Salette, s/n, Centro Cívico, Curitiba, Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 76.416.940/0001-28, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Carlos Alberto Richa, doravante denominado **ESTADO**, o **MUNICÍPIO DE PINHAIS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa no endereço sítio na Wanda dos Santos Mallmann, 536, Pinhais, Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 95.423.000/0001-00, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito, Luiz Goulart Alves, doravante denominado **MUNICÍPIO** e a **COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ – SANEPA**, sociedade de economia mista sob controle do Estado do Paraná, constituída pela Lei Estadual 4.684, de 23 de janeiro de 1963 e alterações, com sede em Curitiba, na Rua Engenheiros Rebouças, 1376, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.484.013/0001-45, neste ato representada por seu Diretor-Presidente Fernando Eugênio Ghignone e pela Diretora Comercial Emília de Salles Belinati, doravante denominada **CONTRATADA**; resolvem celebrar **CONTRATO DE PROGRAMA** para prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, no âmbito do território do **MUNICÍPIO**, **no regime de prestação regionalizada**, o qual se regerá pela legislação pertinente, em especial pelo art. 241 da Constituição Federal, art 256 da Constituição do Estado do Paraná, art. 13 da Lei Federal 11.107, de 6 de abril de 2005, art. 24, XXVI da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, pela Lei Federal 11.445, de 5 de janeiro de 2007, Decreto Federal 7.217, de 22 de junho de 2010, pela Lei Estadual 4.684, de 23 de janeiro de 1963, alterada pelas Leis 4.878, de 19 de junho de 1964 e 12.403, de 30 de dezembro de 1998, pela Lei Estadual 16.242, de 13 de outubro de 2009, pelo Decreto Estadual 7.878, de 29 de julho de 2010, pela Lei Municipal 1.335, de 26 de setembro de 2012, pelos Decretos Estaduais 3.926, de 17 de outubro de 1988 e alterações; 7.290, de 20 de fevereiro de 2013 e 2.460, de 8 de janeiro de 2004 ou outro dispositivo que venha ou outros dispositivos editados por autoridade competente que venha substituí-los, sucedê-los ou complementá-los e pelas condições a seguir estipuladas:

DO OBJETO E ÁREA DE ATUAÇÃO

CLÁUSULA PRIMEIRA: Constitui objeto deste contrato a exploração dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO no limite territorial do **MUNICÍPIO**, compreendendo a captação, adução, produção de água para abastecimento, sua distribuição, operação, conservação, manutenção de redes, incluindo as ligações prediais e os instrumentos de medição, a coleta, remoção e destinação final de esgotos, observado o regime de prestação regionalizada previsto na

legislação estadual (atualmente art. 41 da Lei Estadual 16.242/2009) e o que dispõe a Lei Complementar nº 14 de 8 de junho de 1973 que estabelece que o saneamento básico é serviço de interesse metropolitano ou comum dos Entes Contratantes, que por este instrumento compartilham a sua gestão e titularidade, nos termos do Convênio de Cooperação celebrado.

§1º - Os serviços objeto deste contrato serão prestados exclusivamente pela CONTRATADA, nas áreas afetas à exploração, mediante a cobrança de tarifa diretamente dos usuários do serviço, na forma estabelecida na lei e neste contrato.

§2º - A delegação a que se refere esta cláusula abrange toda a área urbana do MUNICÍPIO, em regime de exclusividade, podendo ser alterada, de comum acordo entre as partes, mediante revisão e aditivo contratual, preservado o equilíbrio econômico e financeiro da prestação dos serviços.

CLÁUSULA SEGUNDA: A CONTRATADA poderá realizar os serviços de que trata o presente contrato, diretamente ou através de terceiros autorizados por ela, entidades públicas ou privadas.

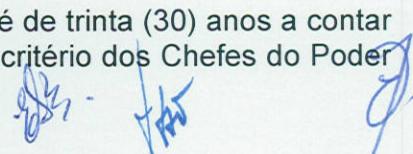
PARÁGRAFO ÚNICO - Inclui-se nos contratos com terceiros as parcerias público-privadas e outras formas de contratação, em conformidade com o previsto na legislação correlata.

CLÁUSULA TERCEIRA: Para um perfeito desempenho do encargo aqui assumido, compete a CONTRATADA, com exclusividade, diretamente, ou mediante contrato com entidade especializada:

- a) estudar, projetar e executar as obras relativas à construção, ampliação ou remodelação dos sistemas públicos de abastecimento de água potável e de esgotos sanitários;
- b) atuar como órgão coordenador, executor ou fiscalizador de execução dos convênios ou contratos celebrados para fins do item "a";
- c) operar, manter, conservar e explorar os serviços de água potável e de esgotos sanitários;

DO PRAZO

CLÁUSULA QUARTA: O prazo de vigência deste contrato é de trinta (30) anos a contar da data da sua assinatura, prorrogável por igual período, a critério dos Chefes do Poder Executivo Estadual e Municipal, mediante leis específicas.



DOS OBJETIVOS E METAS

CLÁUSULA QUINTA: A CONTRATADA deverá cumprir os objetivos e metas de ampliação e manutenção dos sistemas de água e esgoto previstas no Plano Municipal de Saneamento Básico e que passa também a fazer parte deste Contrato, observado o planejamento estadual para o saneamento básico, em especial com relação ao plano de gestão da SANEPA, conforme consta na Lei Municipal 1335/2012 e na Lei Estadual 16.242/2009, sendo que as metas são as seguintes:

- Manter o Índice de Atendimento por Rede de Abastecimento de Água – IARDA em cem por cento (100%) da população urbana do MUNICÍPIO durante toda a vigência do Contrato;
- Atingir o Índice de Atendimento com Rede Coletora de Esgoto – IARCE de 98 % até o ano de 2032, com atendimento em área manancial de 100% até 2021.
- Manter o Índice de Atendimento com Rede Coletora de Esgoto – IARCE de 98 % até o final de vigência deste Contrato.

§1º - Para o cálculo do alcance das metas acima referidas serão utilizados os dados do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e do SGC – Sistema de Gerenciamento Comercial da Sanepar.

§2º - Os percentuais referidos no “caput” admitirão uma variação de dois pontos percentuais para cima ou para baixo.

§3º - O atendimento das metas previstas nesta cláusula está condicionado à obtenção de financiamentos junto aos organismos competentes, com a respectiva anuência do Chefe do Poder Executivo municipal e da obtenção das licenças mencionadas na Cláusula Vinte e Seis, sendo que o desatendimento das metas por atraso ou problema na liberação dos recursos ou das licenças e outorgas ou por problemas na contratação de serviços (e.g.licitações), desde que devidamente justificado pela CONTRATADA e com o conhecimento da ENTIDADE REGULADORA, não poderá ser caracterizado como inadimplemento do contrato para efeito de extinção.

§4º - Quando verificada alguma das condições previstas no §3º desta cláusula, o plano de metas será revisto pelas partes contratantes.

§5º - Toda e qualquer revisão e ajuste das metas iniciais dos serviços de saneamento básico ensejará alterações no Contrato de Programa, sendo asseguradas a preservação do equilíbrio econômico e financeiro da sua prestação e a necessária articulação e adequação com o planejamento e com as metas de âmbito regional ou estadual.

§6º - As Metas e Prazos dos Serviços, constantes do Plano Municipal de Saneamento Básico, serão revisados a cada quatro (4) anos, concomitantemente, à revisão do Plano de Saneamento.

DO PLANO DE GESTÃO

CLÁUSULA SEXTA: Os investimentos necessários ao alcance do estabelecido nos objetivos e metas previsto no Plano Municipal de Saneamento Básico, assim como as prioridades de ação para o alcance destas metas deverão ser previstas no Plano de Gestão (Planejamento Estratégico) elaborado pela CONTRATADA, o qual também será revisado no máximo a cada quatro (4) anos, com conhecimento do ESTADO, do MUNICÍPIO e da ENTIDADE REGULADORA, nos termos do Convênio de Cooperação.

§1º - A CONTRATADA elaborará os relatórios anuais de desempenho com as metas, resultados e demonstrações financeiras relativas à execução do contrato e a prestação das contas e dos investimentos efetuados no ano anterior, que serão entregues ao MUNICÍPIO e à ENTIDADE REGULADORA e estarão disponíveis na rede mundial de computadores – internet.

§2º. O primeiro relatório deverá ser apresentado pela CONTRATADA em até um ano depois da assinatura deste Contrato.

§3º - A CONTRATADA, nos projetos de implantação, ampliação e/ou recuperação de sistemas, deverá zelar pela boa condição de saúde da população.

DOS BENS E DIREITOS

CLÁUSULA SÉTIMA: O sistema objeto de exploração na forma deste contrato será integrado pelos bens e direitos que lhe estão afetos, considerados como necessários e vinculados à adequada execução dos serviços de água e esgoto.

PARÁGRAFO ÚNICO - Integrarão também o sistema o valor dos financiamentos e empréstimos registrados na contabilidade da contratada referentes ao contrato de concessão nº 212 de 10 de dezembro de 1.979, bem como todos os bens e direitos que venham a ser adquiridos ou construídos pela CONTRATADA ao longo do período de vigência do contrato, necessários e vinculados à execução adequada dos serviços públicos de abastecimento de água e coleta de esgoto, os quais deverão estar devidamente registrados na contabilidade da CONTRATADA, de modo a permitir sua fácil identificação.

CLÁUSULA OITAVA: A CONTRATADA poderá instaurar os procedimentos necessários a promover, na forma da legislação vigente, desapropriação por utilidade pública, estabelecer servidão de bens ou direitos, propor limitações administrativas e ocupar provisoriamente bens imóveis necessários à operação e expansão dos seus serviços no MUNICÍPIO, respondendo pelas indenizações cabíveis..

§1º - Por acordo, o MUNICÍPIO poderá assumir o ônus da indenização prevista no “caput”.

§2º - O Poder Executivo municipal, mediante solicitação fundamentada da CONTRATADA, declarará previamente através de Decreto, a utilidade pública, para fins de desapropriação ou de instituição de servidão administrativa, dos bens imóveis ou direitos necessários à implantação ou ampliação dos sistemas de água e de esgotos, de

acordo com os projetos aprovados pelas entidades competentes de que trata esta cláusula.

§3º - Caso o Poder Executivo municipal se recuse ou se omita com relação à obrigação contida no parágrafo anterior, a utilidade pública nele referida poderá ser decretada pelo Chefe do Poder Executivo estadual.

§4º - Para a realização dos serviços prestados com base neste contrato, poderá a CONTRATADA mediante prévia e expressa autorização do Poder Executivo Municipal, utilizar os terrenos de domínio público municipal e neles estabelecer servidões através de estradas, caminhos e vias públicas, na forma da lei específica.

CLÁUSULA NONA: Durante o prazo da delegação e na sua área de abrangência, o parcelamento do solo sob a forma de loteamento ou desmembramento, ou a criação de condomínios, somente serão autorizados pelo Poder Executivo, desde que incluam as redes de água e esgotos executadas pelos empreendedores, com os projetos previamente aprovados pela CONTRATADA.

§1º - O proprietário, tomador do parcelamento do solo urbano em quaisquer de suas formas, transferirá sem nenhum ônus ao Município que concederá à Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPA, as redes de água e de esgotos implantadas nos empreendimentos, que passarão a integrar o objeto da concessão.

§2º - Findo o prazo ou advindo a extinção do contrato de programa, reverterão ao Município, sem nenhum ônus, os bens e direitos vinculados à prestação do serviço previstos no parágrafo anterior.

§3º - O MUNICÍPIO poderá transferir, mediante lei específica, sem nenhum ônus à CONTRATADA, os bens de sua propriedade, necessários à ampliação dos sistemas de água e esgotos.

DO SERVIÇO PÚBLICO ADEQUADO

CLÁUSULA DÉCIMA: A CONTRATADA, durante todo o prazo da vigência da contratação, deverá prestar os serviços de água e esgotos de acordo com o disposto neste instrumento, visando o satisfatório atendimento dos usuários.

§1º - Para os efeitos do que estabelece esta cláusula e sem prejuízo do disposto no Convênio de Cooperação e nos decretos estaduais que disciplinam a prestação dos serviços de água e esgotos, serviço adequado é o que, gradualmente, considerando a capacidade de pagamento dos usuários, buscará atingir condições efetivas de regularidade, continuidade, segurança, atualidade, universalidade e cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas cobradas dos seus usuários.

§2º - Ainda para os fins previstos no parágrafo anterior, considera-se:

- a) **regularidade e eficiência:** a prestação dos serviços contratados nas condições estabelecidas neste contrato e na legislação que disciplina o setor de saneamento básico e os contratos de programa e em outras normas técnicas em vigor;

- b) **continuidade:** a manutenção, em caráter permanente e ininterrupto, da prestação dos serviços contratados para o conjunto da população das áreas atendidas no território do MUNICÍPIO, observados os termos da legislação e deste contrato, ressalvada a adoção de regime de racionamento decorrente de escassez dos recursos hídricos ou de sua inadequada qualidade, bem como as possibilidades de interrupção do serviço em casos individuais previstos na lei e no contrato;
- c) **segurança:** a execução dos serviços contratados de acordo com as normas técnicas aplicáveis e em padrões satisfatórios estabelecidos no Regulamento dos Serviços Prestados pela SANEPA (Decreto Estadual 3.926/1988 ou outro dispositivo que venha a substituí-lo), que assegurem a segurança e a saúde dos usuários, da comunidade e do meio ambiente;
- d) **atualidade:** modernidade das técnicas, dos equipamentos e das instalações, sua conservação e manutenção, bem como a melhoria e expansão dos serviços contratados na medida da necessidade dos usuários e da capacidade de investimento e pagamento dos usuários, visando cumprir plenamente com os objetivos e metas deste contrato, sempre preservado o seu equilíbrio econômico e financeiro;
- e) **universalidade:** compreende a generalidade da prestação dos serviços, ou seja, assegurando o direito de acesso aos serviços contratados a todos os tipos e categorias de usuários estabelecidos nas áreas abrangidas pelo contrato, observadas as metas previstas na Cláusula Quinta;
- f) **cortesia na prestação dos serviços:** tratamento aos usuários com civilidade e urbanidade, assegurando o amplo acesso para a apresentação de reclamações e sugestões para a CONTRATADA;
- h) **modicidade das tarifas:** a justa correlação entre os encargos decorrentes da prestação dos serviços, a remuneração da CONTRATADA, e a contraprestação pecuniária paga pelos usuários, através das tarifas e preços dos serviços.

§3º - Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção pela CONTRATADA em situação de emergência que atinja a segurança de pessoas e bens ou por razões de ordem técnica nas seguintes hipóteses:

I - inadimplemento do usuário no pagamento das tarifas, após prévio aviso, sujeitando-se o inadimplente às sanções previstas no Regulamento dos Serviços Prestados pela SANEPA (Decreto Estadual 3.926/1988) ou em outro dispositivo editado por autoridade competente que venha substituí-lo, sucedê-lo ou complementá-lo.

II – negativa do usuário em permitir a instalação de dispositivo de medição de água consumida, inclusive nos casos de fonte alternativa, após ter sido previamente notificado a respeito;

III - necessidade de efetuar reparos, modificações ou melhorias de qualquer natureza nos sistemas;

IV - manipulação indevida de qualquer tubulação, medidor ou outra instalação da CONTRATADA por parte do usuário ou dentro de seu imóvel;

V – instalação de qualquer dispositivo na rede pública que vai até o cavalete, inclusive, após ter sido notificado para retirá-lo;

VI - eventos de força maior, caso fortuito, fato do princípio ou fato da Administração, plenamente justificados e comunicados à ENTIDADE REGULADORA.

VII – declaração de regime de escassez, suspensão, restrição de uso ou racionamento de recursos hídricos, decorrentes de insuficiência de quantidade ou de qualidade destes, pela autoridade gestora dos recursos hídricos;

VIII – as demais situações previstas no título VI do Decreto Estadual 3.926/1988 ou em outro dispositivo editado por autoridade competente que venha substituí-lo, sucedê-lo ou complementá-lo, não contempladas neste parágrafo.

§4º - As interrupções programadas deverão ser precedidas de divulgação aos usuários e de comunicação para a ENTIDADE REGULADORA.

§5º - A CONTRATADA passará a prestar os serviços contratados assim que as instalações do usuário estiverem em conformidade com as normas estabelecidas pelas autoridades competentes, desde que já exista rede disponível no local e sem prejuízo do contido no §1º da Cláusula Vinte e Quatro.

§6º - A CONTRATADA exigirá que os usuários geradores de esgotos não domésticos adequem os parâmetros dos efluentes antes dos lançamentos na rede coletora, conforme normas vigentes, sob pena de multa e obstrução imediata de eventual lançamento detectado.

DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS USUÁRIOS

CLÁUSULA ONZE: Além do que prevê a legislação, são direitos e deveres dos usuários, sem prejuízo do disposto na legislação aplicável:

I - receber os serviços em condições adequadas e, em contrapartida, pagar pontualmente as respectivas tarifas;

II - receber do MUNICÍPIO, da CONTRATADA, e da ENTIDADE REGULADORA todas as informações relativas ao seu cadastro, necessárias para a defesa dos interesses individuais ou coletivos;

III - levar ao conhecimento da ENTIDADE REGULADORA, do MUNICÍPIO ou da CONTRATADA as irregularidades das quais venham a ter conhecimento, referentes à prestação dos serviços objeto deste contrato;

IV - comunicar a ENTIDADE REGULADORA ou ao MUNICÍPIO os atos ilícitos ou irregulares porventura praticados pela CONTRATADA ou seus prepostos na execução do objeto deste contrato;

V - contribuir para a permanência das boas condições dos sistemas e dos bens públicos, por intermédio dos quais são prestados os serviços contratados e os serviços adicionais;

VI - cumprir o Regulamento dos Serviços Prestados pela SANEPA (atual Decreto Estadual 3926/88) ou documento equivalente, demais decretos e normas editados pela ENTIDADE REGULADORA e pela CONTRATADA, bem como a legislação que disciplina a matéria;

VII - pagar com pontualidade os valores decorrentes da prestação dos serviços contratados, bem como pagar as penalidades legais em caso de inadimplemento, inclusive as decorrentes de interrupção;

VIII - responder, na forma da lei, perante a CONTRATADA, pelos danos materiais ou pessoais causados em decorrência da má utilização de suas instalações e de bens da CONTRATADA;

IX – solicitar e comunicar à CONTRATADA sobre qualquer alteração que pretenda fazer no ponto de entrega da água ou no de coleta de esgoto;

X - autorizar a entrada de prepostos da CONTRATADA, devidamente credenciados, nos imóveis que estejam ocupando para que possam ser executados os serviços contratados, podendo estes prepostos, inclusive, instalar os equipamentos necessários à sua regular prestação ou efetuar a leitura e medição;

XI - manter as instalações internas de sua responsabilidade, tais como caixa de água, tubulações e conexões, dentre outras, sempre limpas e em condições de conservação e higiene adequadas, estabelecidas pelas autoridades competentes.

XXII - averiguar qualquer vazamento de água existente nas instalações internas, reparando-as imediatamente e responsabilizando-se pelo consumo apurado no medidor.

XXIII – Responsabilizar-se pela guarda e conservação dos equipamentos relativos a ligação predial de água e/ou esgotos, inclusive em casos de furto, perda ou danos.

DAS TARIFAS

CLÁUSULA DOZE: A tarifa que irá remunerar a CONTRATADA e a política tarifária que se aplicará à prestação dos serviços contratados será uniforme em todo o Estado do Paraná, baseada nos custos de todo o Estado visando o subsídio cruzado entre os sistemas, e a devida remuneração do capital investido pela CONTRATADA, os custos de operação e de manutenção, as quotas de depreciação, provisão para devedores, amortizações de despesas, o melhoramento da qualidade do serviço prestado, a garantia da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de programa e a geração dos recursos necessários para realização dos investimentos, objetivando o cumprimento das metas e objetivos dos serviços.

§1º - A tarifa dos serviços prestados pela CONTRATADA, bem como sua revisão ou modificação será fixada pelo Chefe do Poder Executivo estadual ou por órgão ou

entidade estatal que venha a substituí-lo, mediante proposta encaminhada pela entidade reguladora estadual competente, nos termos da legislação que a instituiu (atualmente art. 43 da Lei Estadual 16.242/2009).

§2º - O Reajuste das tarifas será anual, sempre com intervalo mínimo de doze (12) meses e observado o que consta do §5º.

§3º - A revisão das tarifas poderá ser periódica ou extraordinária, sempre que se verificar a ocorrência de fato superveniente extraordinário não previsto no contrato, fora do controle da CONTRATADA, que venha a provocar o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

§4º - Para cobrança da tarifa dos serviços adota-se a estrutura tarifária e a tabela de prestação de serviços vigentes, conforme os Decretos Estaduais 3.926/1988, 2.460/2004, 7.290/2013 e anexos ou outro dispositivo editado por autoridade competente que venha substituí-los, sucedê-los ou complementá-los.

§5º - Para a garantia do estabelecido nesta cláusula, adotar-se-á um índice de reajuste de preços que reflete a recomposição inflacionaria dos preços dos serviços prestados pela CONTRATADA, devidamente demonstrado na planilha de custos dos serviços que a CONTRATADA deve encaminhar para a apreciação da entidade reguladora estadual competente, nos termos da legislação correlata (atualmente §1º do art. 43 da Lei Estadual 16.242/2009).

§6º - Os serviços adicionais e os serviços específicos vinculados à prestação dos serviços contratados serão remunerados de acordo com a Tabela de Preços de Serviços da SANEPA, fixada nos termos dos artigos 59 e 60 do Decreto Estadual 3.926/1988 ou em outro dispositivo editado por autoridade competente que venha substituí-lo, sucedê-lo ou complementá-lo.

§7º - Os serviços adicionais consistem de serviço auxiliar, complementar e/ou correlato aos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO, compreendendo as atividades de corte, religação, expedição da segunda via de conta, entre outras;

§8º - As tarifas serão fixadas de forma clara e objetiva, devendo os reajustes e as revisões ser tornados públicos com antecedência mínima de trinta (30) dias com relação à sua aplicação.

CLÁUSULA TREZE: As tarifas poderão ser diferenciadas em função das características técnicas e dos custos específicos provenientes do atendimento aos distintos segmentos de usuários (categorias e economias), bem como no estabelecimento de faixas progressivas de consumo (tarifa progressiva), nos termos dos Decretos Estaduais 3.926/1988 e 7.290/2013 ou de outro dispositivo editado por autoridade competente que venha substituí-los, sucedê-los ou complementá-los.

§1º - Para as tarifas de água, de esgotos e de serviços, permanecem em vigor os preços constantes da tabela de preços anexa ao Decreto Estadual 7.290/2013, ou outro dispositivo editado por autoridade competente que venha substituí-lo, sucedê-lo ou complementá-lo.

§2º - A tarifa mínima será de pelo menos dez metros cúbicos (10 m^3) mensais de consumo de água por economia da categoria de usuários referida no "caput" desta cláusula.

§3º - A tarifa de esgotos será fixada com base em percentual da tarifa de água, este estabelecido pelo Chefe do Poder Executivo estadual no mesmo dispositivo em que é fixado o valor das tarifas, percentual este que nunca será inferior a oitenta por cento (80%).

§4º - A CONTRATADA praticará tarifa diferenciada para a população de baixa renda concedendo descontos sobre a tarifa normal, com base nos critérios para a caracterização de famílias de baixa renda definidos no Decreto Estadual 2.460/2004 ou em outro dispositivo editado por autoridade competente que venha substituí-lo, sucedê-lo ou complementá-lo.

§5º. Em situação crítica de escassez motivada por estiagem, contaminação de recursos hídricos ou outro fato extraordinário que obrigue a adoção de racionamento ou redução de produção a níveis não compatíveis com o sistema, além das medidas previstas no Decreto Estadual 3.926/1988 e demais normas regulamentadoras, poderá ser adotada tarifa especial de contingência, com o objetivo de restringir o consumo e cobrir eventuais custos adicionais decorrentes delas, garantindo o equilíbrio econômico-financeiro da prestação dos serviços.

§6º - O consumo verificado nas ligações de instalações públicas municipais será tarifado com bonificação de cinqüenta por cento (50%) sobre a tarifa normal, conforme regulamentação prevista em contrato especial de consumo a ser firmado entre o Município de Pinhais e a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPA, no qual, para fins de evitar desperdício de água, haverá expressa previsão de que a bonificação está limitada a média de consumo mensal do Município de Pinhais, sendo o volume excedente faturado pela tabela normal de tarifa, bonificação esta que está condicionada ao pagamento pontual das respectivas contas.

§7º Para os imóveis em que as instalações públicas municipais se derem após assinatura do contrato, o consumo verificado será tarifado com bonificação de 50% sobre a tarifa normal, sendo que decorridos 12 meses da instalação, o valor da tarifa atenderá ao disposto no parágrafo anterior.

§8º - O MUNICÍPIO é responsável pelo pagamento da tarifa relativa ao consumo registrado nos hidrantes localizados em área pública, a qual será faturada nos mesmos termos do §6º desta Cláusula.

CLÁUSULA QUATORZE: É vedado à CONTRATADA conceder isenção de tarifas e custo de seus serviços.

CLÁUSULA QUINZE - A CONTRATADA terá o direito de auferir a receita decorrente da prestação dos serviços específicos vinculados à prestação dos serviços contratados, conforme tabela de preços referida no §6º da Cláusula Doze deste contrato.

OUTROS SERVIÇOS ESPECÍFICOS

CLÁUSULA DEZESSEIS: A CONTRATADA poderá prestar outros serviços específicos na área territorial do MUNICÍPIO, cujas condições de prestação dos serviços serão disciplinadas em termo aditivo ao presente contrato.

§1º - Os valores dos preços dos serviços específicos serão reajustados de acordo com o que dispuserem as normas legais, contratuais e regulamentares aplicáveis.

§2º - A CONTRATADA deverá manter escrituração contábil que permita ao MUNICÍPIO e a ENTIDADE REGULADORA a efetiva e permanente análise dos resultados da exploração dos serviços específicos.

DO SISTEMA DE COBRANÇA

CLÁUSULA DEZESSETE: As tarifas dos serviços prestados pela CONTRATADA serão cobradas diretamente dos usuários atendidos numa única conta/fatura emitida pela SANEPA.

§1º - A CONTRATADA efetuará as medições dos consumos de água ou, para os casos de não-hidrometração, estimará os consumos e emitirá, com base em medições ou estimativas, a cobrança dos valores devidos aos respectivos usuários, nos termos dos parâmetros estabelecidos no Regulamento dos Serviços Prestados pela CONTRATADA (atual Decreto Estadual 3926/88) ou em outro dispositivo editado por autoridade competente que venha substituí-lo, sucedê-lo ou complementá-lo e na legislação em vigor.

§2º - Serão também lançados nas contas de consumo dos usuários, quando for o caso, os valores correspondentes às multas e serviços específicos à prestação dos serviços contratados e executados.

§3º - A CONTRATADA poderá contratar outra(s) empresa(s) ou pessoa(s) física(s), instituição financeira ou não, para funcionar(em) como agente(s) arrecadador(es) das contas mencionadas nesta cláusula e no contrato.

§4º - A CONTRATADA, na forma da legislação aplicável, poderá incluir na conta dos serviços prestados valores relacionados a outros serviços públicos prestados por terceiros aos seus usuários ou contribuintes no caso de Municípios, desde que disponibilize aos usuários ou contribuintes a possibilidade de retirar a cobrança quando solicitado, nos termos das legislações afins.

§5º - A responsabilidade pelas dívidas decorrentes dos serviços prestados pela SANEPA é do proprietário do imóvel matriculado junto a SANEPA, em especial quando não houver pagamento por parte de inquilinos.

DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA VINTE E UM: As atividades de fiscalização deste contrato serão exercidas por entidade reguladora estadual, atualmente pelo Instituto das Águas do Paraná, denominado de ENTIDADE REGULADORA, por delegação do MUNICÍPIO, nos termos do Convênio de Cooperação assinado em 25/06/14, da Lei Municipal 1.335/2012, da Lei Estadual 16.242/2009 e do Decreto Estadual 7.878/2010.

§1º - A fiscalização a ser exercida pela ENTIDADE REGULADORA abrangerá o acompanhamento das ações da CONTRATADA nas áreas operacionais, de atendimento, contábil, financeira e tarifária.

§2º - Em até cento e oitenta (180) dias contados da data de vigência deste contrato, o MUNICÍPIO deverá constituir o Comitê Municipal de Acompanhamento da Prestação dos Serviços de Saneamento Básico composto na forma do art. 47 da Lei 11.445/2007, o qual anualmente fiscalizará por comissão formada com base no art. 33, XIV do Decreto Federal 6.017/2007 os serviços contratados e, quando identificar inconformidades na sua prestação, as comunicará a ENTIDADE REGULADORA e à CONTRATADA para a adoção das medidas administrativas correlatas.

§3º - Enquanto não for criado o Comitê a que se refere o parágrafo anterior, o Poder Executivo municipal exercerá esta função.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

CLÁUSULA VINTE E DOIS: A falta de cumprimento, por parte da CONTRATADA, de qualquer cláusula ou condição deste contrato ou da legislação aplicável e normas técnicas pertinentes, sem prejuízo do disposto nas demais cláusulas deste instrumento e desde que não seja referente às matérias de competência do Instituto Ambiental do Paraná - IAP e do PROCON, poderá ensejar, mediante procedimento administrativo que possibilite a defesa e posterior recurso administrativo, a aplicação das penalidades pela ENTIDADE REGULADORA, na forma da lei.

§1º - O processo de aplicação das penalidades tem início com a lavratura do auto de infração pelo agente responsável pela fiscalização, que tipificará a infração cometida, para fins de aplicação da respectiva penalidade.

§2º - O auto de infração, que obedecerá ao modelo a ser definido pela ENTIDADE REGULADORA, deverá indicar com precisão a falta cometida e a norma violada e será lavrado através de notificação entregue à CONTRATADA, na sua sede, mediante protocolo.

DA POSSIBILIDADE DE INTERVENÇÃO

CLÁUSULA VINTE E TRÊS: Sem prejuízo das penalidades cabíveis, poderá o MUNICÍPIO intervir, excepcionalmente, na prestação dos serviços contratados, quando ação ou omissão da CONTRATADA ameaçar a qualidade da prestação dos serviços objeto deste contrato, colocando em risco a saúde da população, isto apenas pelo período necessário para assegurar a continuidade e adequação da prestação dos

DOS SERVIÇOS TERCEIRIZADOS E OBRAS EXECUTADAS

CLÁUSULA DEZOITO: Sem prejuízo das responsabilidades e dos riscos previstos neste contrato, a CONTRATADA poderá contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares aos serviços contratados, bem como a implantação de projetos associados, desde que não ultrapassem o prazo de vigência do contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO: Inclui-se nos contratos com terceiros as parcerias público-privadas e outras formas de contratação, em conformidade com o previsto nas Leis Federais 8.987/1995 e 11.079/2004.

CLÁUSULA DEZENOVE: Celebrar instrumento hábil voltado a ressarcir recomposições realizadas pelo Município, decorrentes de obras e serviços realizados pela Sanepar no Município.

CLÁUSULA VINTE: Para a execução de obras, a CONTRATADA deverá obter todas as licenças que se fizerem necessárias, bem como utilizar materiais cuja qualidade seja compatível com as normas editadas pelos órgãos técnicos especializados e, ainda, cumprir todas as especificações e normas técnicas brasileiras que assegurem integral solidez e segurança à obra, tanto na sua fase de construção, quanto nas fases de operação e manutenção.

§1º - A CONTRATADA ficará responsável pelo desenvolvimento e execução dos projetos básicos e executivos pertinentes às obras.

§2º - A CONTRATADA, sempre que solicitado, deverá disponibilizar a ENTIDADE REGULADORA toda a documentação relacionada às obras, inclusive estudo de concepção, na medida em que forem sendo produzidos.

§3º - A CONTRATADA manterá constantemente estudos visando o aprimoramento e a programação das obras de implantação e de ampliação dos serviços públicos contratados, dentro de sua política de ação e desde logo poderá firmar convênios com o MUNICÍPIO, nos termos Convênio de Cooperação firmado.

§4º - A CONTRATADA responsabiliza-se em negociar, em caráter prioritário, com os órgãos competentes, a contratação de financiamentos necessários à execução das obras e serviços de abastecimento de água e de coleta de esgotos sanitários.

§5º - O MUNICÍPIO se obriga a anuir, sempre que exigido pelos organismos financiadores, nos processos de financiamentos referidos no parágrafo anterior.

§6º - Para a realização de novos empreendimentos de interesse do MUNICÍPIO, poderá ser firmado instrumento hábil ou aditamento a este Contrato, nos termos do Convênio de Cooperação vigente.



serviços, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais pertinentes sem qualquer prejuízo para as cláusulas e condições deste contrato.

§1º A intervenção deverá se dar exclusivamente por indicação em ato próprio e específico da ENTIDADE REGULADORA fixando o prazo, objetivos e limites da intervenção.

§2º - A ENTIDADE REGULADORA somente poderá indicar a intervenção depois de percorrido processo administrativo próprio, com contraditório e ampla defesa e depois de concedido prazo razoável para que a CONTRATADA sane a irregularidade apontada.

§3º - No ato pelo qual a ENTIDADE REGULADORA indicar a intervenção necessariamente deve indicar o prazo da intervenção e os objetivos e limites da medida ao Chefe do Poder Executivo municipal para que este, se assim entender, nomeie o interventor por Decreto.

§4º - A intervenção deverá ser instaurada dentro dos trinta (30) dias seguintes ao ato da ENTIDADE REGULADORA descrito no parágrafo anterior e não poderá exceder ao prazo de noventa (90) dias contados da data de sua instauração pelo Chefe do Poder Executivo municipal através da indicação do interventor.

§5º - A nomeação do interventor a que se refere o parágrafo anterior se dará pelo MUNICÍPIO, também mediante ato administrativo próprio e específico, vinculado estritamente ao que dispôs o ato de indicação da ENTIDADE REGULADORA.

§6º - A ENTIDADE REGULADORA atuará como fiscalizadora da intervenção, podendo determinar seu encerramento sempre que considerar atendidos os objetivos fixados no ato de indicação previsto no “caput” e §2º desta Cláusula.

§7º - A intervenção a que se refere o “caput” e os parágrafos desta Cláusula, em nenhuma hipótese, poderá autorizar o MUNICÍPIO a assumir a prestação dos serviços ou a ocupar as instalações da CONTRATADA, sendo que a ação do MUNICÍPIO fica limitada à indicação de interventor que atuará em conjunto com a CONTRATADA na regularização dos fatos que determinaram a intervenção e dentro dos limites e prazos indicados pela ENTIDADE REGULADORA.

§8º - Se todo o procedimento administrativo referido nesta Cláusula não se concluir dentro de cento e oitenta (180) dias contados da data do início do processo administrativo na ENTIDADE REGULADORA, considerar-se-á inválida a intervenção, sem prejuízo do direito da CONTRATADA de ser indenizada por eventuais danos sofridos.

DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA E MEIO AMBIENTE

CLÁUSULA VINTE E QUATRO: O serviço deverá ser executado em estrita obediência aos parâmetros definidos pela legislação que regula o setor de saneamento básico, em especial quanto à qualidade e potabilidade da água para o abastecimento público, segundo critérios estabelecidos na legislação vigente.

§1º - Atendendo ao Princípio da Universalidade, é obrigatória a ligação de água e esgotamento sanitário em todos os imóveis com edificações no território do MUNICÍPIO, em que o serviço estiver disponível e por isso sujeito ao pagamento de tarifa pelo serviço posto à disposição, mesmo que ainda não esteja efetivada a ligação, que é de responsabilidade do usuário.

§2º - Decorridos noventa (90) dias da primeira notificação da CONTRATADA para que o usuário efetue a ligação na rede de distribuição de água e na rede coletora de esgotos disponível, independentemente de outras sanções cabíveis, o usuário é responsável pelo pagamento da respectiva tarifa para a CONTRATADA.

§3º - O MUNICÍPIO, por solicitação da CONTRATADA, exercerá seu poder de polícia e notificará o proprietário ou morador do imóvel objetivando o cumprimento do disposto no §1º desta cláusula, sob pena das medidas administrativas correlatas.

§4º - Na ausência de redes públicas de saneamento básico, serão admitidas soluções individuais de abastecimento de água e afastamento e destinação final dos esgotos sanitários, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes, em especial as de edificações, ambientais, sanitárias e de recursos hídricos.

CLÁUSULA VINTE E CINCO: Por solicitação da CONTRATADA, o MUNICÍPIO poderá embargar o funcionamento de poços artesianos, freáticos e cisternas, existentes nos locais providos de rede pública de abastecimento de água, devendo proceder ao fechamento e lacre das referidas fontes de abastecimento, sem direito dos proprietários ou usuários de reclamarem qualquer indenização, consoante previsão contida no Decreto Federal 7.217/2010 e Decreto Estadual 5.711/2002.

§1º - O MUNICÍPIO, quando agir na forma prevista no "caput", deverá dar posterior conhecimento para a ENTIDADE REGULADORA

§2º - Fica desde já estabelecido que as disposições desta cláusula, somente serão aplicadas, quando o sistema operado pela CONTRATADA possuir condições técnicas para atender os usuários abastecidos pelos poços particulares que se visa lacrar.

§3º - Os poços artesianos/freáticos e cisternas já existentes, continuam com sua utilização livre enquanto não houver impedimentos relativos à preservação da higiene e saúde, sendo que a responsabilidade pela quantidade e qualidade da água é única e exclusiva do proprietário ou consumidor, proibida a comercialização e o fornecimento gratuito a terceiros.

CLÁUSULA VINTE E SEIS: A CONTRATADA é responsável pela obtenção das licenças ambientais e outorgas de uso dos recursos hídricos necessárias à execução das obras destinadas ao cumprimento das metas e objetivos deste contrato, observado o disposto na sua Cláusula Quinta deste contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO: A CONTRATADA, desde que cumpridas as normas ambientais e de recursos hídricos pertinentes, poderá opor ao MUNICÍPIO ou a ENTIDADE REGULADORA, por conta da não obtenção tempestiva das licenças ambientais e das outorgas de uso dos recursos hídricos de que trata esta Cláusula, exceções ou meios de defesa como causa justificadora do descumprimento das metas e objetivos previstos neste contrato.

CLÁUSULA VINTE E SETE: A CONTRATADA repassará mensalmente três por cento (3%) do seu faturamento no MUNICÍPIO, sendo dois por cento (2%) ao Fundo Municipal de Meio Ambiente e um por cento (1%) ao Fundo Municipal de Saneamento Básico, instituídos por Lei do Município, nas condições previstas no Convênio de Cooperação que autoriza a presente contratação.

DA PRORROGAÇÃO

CLÁUSULA VINTE E OITO: O presente contrato poderá ser prorrogado ou renovado por acordo das partes, mediante ato formal, justificado e celebrado antes do término do prazo contratual.

DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA VINTE E NOVE: O presente contrato será extinto, nas seguintes hipóteses:

- I - Advento do termo final do contrato, sem que haja prorrogação pactuada entre as partes;
- II – Acordo entre as partes pactuado em instrumento próprio;
- III – Rescisão motivada, em caso de falta grave ou comprovado inadimplemento das obrigações previstas neste contrato, desde que previamente apurado e decidido em regular processo administrativo da ENTIDADE REGULADORA, que deve ser precedido do processo de intervenção previsto neste Contrato;
- IV - Falência, extinção ou impossibilidade de prestação dos serviços pela CONTRATADA;
- V – Privatização ou repasse do controle administrativo da CONTRATADA para a iniciativa privada ou, por qualquer outro meio em que a Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPA deixe de integrar a Administração do Estado do Paraná;
- VI – decisão judicial transitada em julgado.

§1º - Não ocorrendo a prorrogação do presente Contrato de Programa ou em havendo a rescisão contratual, a CONTRATADA, fará jus ao recebimento de eventuais haveres decorrentes de investimentos não amortizados.

§2º - O valor da indenização será apurado pelos contratantes, mediante auditoria em conjunto com a ENTIDADE REGULADORA, tomando-se por base a contabilidade da CONTRATADA, que é certificada anualmente pela ENTIDADE REGULADORA e pelo Tribunal de Contas do Paraná.

§3º - Atendida a condição prevista no §1º desta cláusula, operar-se-á a reversão, ao MUNICÍPIO, dos bens e instalações vinculados e indispensáveis aos serviços contratados.

§4º - Para efeito da reversão, os bens vinculados e indispensáveis aos serviços contratados são os utilizados, direta, exclusiva e permanentemente na prestação dos referidos serviços, tais como estação de tratamento de esgotos, estação de tratamento de água, redes coletoras de esgotos e redes de distribuição de água.

CLÁUSULA TRINTA: A rescisão do contrato, antes do advento do termo final, só se dará em caso de comprovado inadimplemento das obrigações nele previstas, mediante a formalização de processo de rescisão junto a ENTIDADE REGULADORA, assegurada a ampla defesa e o contraditório e depois de percorrido, sem sucesso, o processo de intervenção.

§1º - No caso de rescisão motivada, para atender ao interesse público, deverão ser realizados consecutivamente os seguintes procedimentos para verificação do inadimplemento, por meio de infrações e falhas, previsto na legislação específica e neste contrato:

I – processo de fiscalização específico pela ENTIDADE REGULADORA;

II – realização de auditoria técnica especializada e independente pelo MUNICÍPIO e pelo ESTADO;

III – instauração de processo administrativo pela ENTIDADE REGULADORA, com o acompanhamento do MUNICÍPIO e do ESTADO e ampla defesa para a CONTRATADA, obedecidos os prazos e procedimentos fixados neste contrato, inclusive precedido do processo de intervenção, nos termos da Cláusula Vinte e Três deste Contrato.

§2º - A decisão da ENTIDADE REGULADORA a que refere o parágrafo anterior é passível de discussão na esfera judicial por iniciativa da CONTRATADA.

§3º - O processo administrativo de inadimplemento não será instaurado até que tenha sido dado inteiro conhecimento à CONTRATADA, em detalhes, das infrações apontadas, bem como tempo suficiente para providenciar às correções de acordo com os prazos e termos de processo de fiscalização da ENTIDADE REGULADORA e ainda depois de percorrido, sem sucesso, o processo de intervenção.

CLÁUSULA TRINTA E UM: Para efeito de indenizações mencionadas neste Contrato, será utilizado o valor resultante de inventário procedido pela ENTIDADE REGULADORA, com base nos dados contábeis da CONTRATADA que serão anualmente certificados, nos termos deste Contrato.

DA PUBLICAÇÃO E REGISTRO

CLÁUSULA TRINTA E DOIS: As partes providenciarão publicação resumida do presente instrumento, mediante extrato, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data nos respectivos Diários Oficiais, sendo posteriormente registrado e arquivado na ENTIDADE REGULADORA.

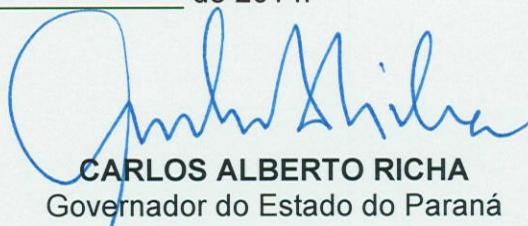


DO FORO

CLÁUSULA TRINTA E TRÊS: Fica eleito o foro da Comarca de Curitiba, capital do Estado, para nele serem resolvidas todas as questões judiciais, derivadas deste instrumento, renunciando as partes expressamente, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Para plena eficácia jurídica,o ESTADO, o MUNICÍPIO e a CONTRATADA, por seus representantes legais, datam e assinam o presente contrato em quatro (4) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas instrumentais, para que produza seus regulares efeitos, obrigando-se entre si e seus sucessores.

Curitiba, 26 de JUNHO de 2014.

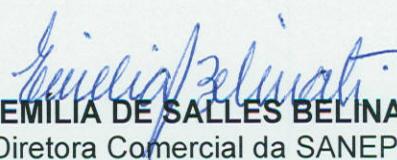


CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado do Paraná

FERNANDO EUGENIO GHIGNONE
Diretor-Presidente da SANEPA

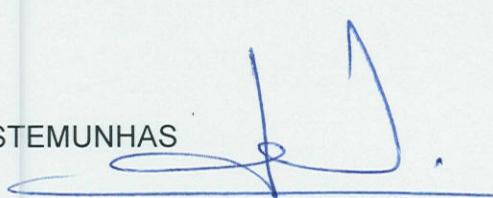


LUIZ GOULARTE ALVES
Prefeito Municipal de Pinhais



EMILIA DE SALLES BELINATI
Diretora Comercial da SANEPA

TESTEMUNHAS



Nome EDSON SAMWAY F
CPF 523.627.609-87



Nome Carlos Azumita H
CPF 519.335.609-59

AVISO DE SUSPENSÃO E

Por deliberação da Diretoria da Companhia de Saneamento do Paraná na reunião nº 23/2014 do dia 02/06/2014, a empresa **EXPORTAÇÃO LTDA - ME.**, CNPJ 10.286.84 de licitar e de contratar com esta Companhia pelo § com o Art.150 III da Lei Estadual do Paraná nº Unilateral do Contrato de Fornecimento de Matérito artigo 129 I da Lei nº 15608/07.

AVISO DE RESCISÃO CO

Em reunião da Diretoria da Sanepar, Nº 0050 d Rescisão Unilateral do Contrato de Fornecimento da empresa **HEXIS CIENTIFICA S/A.**, CNPJ 53.276.010/0001-10, nos termos do artigo 129, inciso II, da Lei 15608/07.
SANEPAR - Unidade de Serviços de Aquisições

DOCUMENTO CERTIFICADO

CÓDIGO LOCALIZADOR: 287121914

Documento emitido em 01/07/2014 09:31:20.

Diário Oficial Com. Ind. e Serviços
Nº 9237 | 01/07/2014 | PAG. 19

Para verificar a autenticidade desta página, basta informar o Código Localizador no site do DIOE:
www.imprensaoficial.pr.gov.br

R\$ 120,00 - 60584/2014

A Companhia de Saneamento do Paraná torna público que celebrou com o município de **PINHAIS**, o **Contrato de Programa** nº 106/2014, para Prestação de Serviços Públicos de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário, com exclusividade, conforme as seguintes condições: **Prazo:** trinta (30) anos, prorrogáveis; **Início:** 26/06/2014; **Lei Municipal Autorizadora** Nº 1.335/2012, de 26/09/2012; **Metas:** Manter o Índice de Atendimento por Rede de Abastecimento de Água – IARDA em 100%, da população urbana da sede do município, durante toda a vigência do contrato. Atingir o Índice de Atendimento com Rede Coletora de Esgoto – IARCE de 98% até o ano de 2032, com atendimento em área de manancial de 100% até 2021; Manter o Índice de Atendimento com Rede Coletora de Esgoto – IARCE de 98% até o final de vigência do contrato.

Curitiba, 27 de Junho de 2014.

Fernando Eugênio Ghignone - Diretor-Presidente da Sanepar.

R\$ 96,00 - 60987/2014

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Locação de Imóvel Nº 17/2013 Objeto: Sala Comercial com 29,37m² Ocupação: Escritório de Atendimento e Almoxarifado – URCA Endereço: Rua Belém, s/nº. Município: Igatu Locadores: Guilherme Pantano Junior e Soeli Berton Pântano Vigência: 01/05/2014 à 30/04/2016 Valor: R\$ 507,26 mensais

R\$ 24,00 - 61038/2014

RESULTADO DA LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA N° 108/2014

A Comissão de Licitação designada por resolução, torna público, para o conhecimento dos interessados, a **inabilitação** da empresa **Terraplenagem SR Ltda.**, primeira classificada na fase de julgamento das propostas de preços pelo não atendimento ao subitem 8.2. Capítulo VI do Edital da referida licitação, e a **habilitação** da empresa **Darta Construções Civis Ltda.**, segunda classificada na fase de julgamento das propostas de preços, passando a ser a primeira classificada e a vencedora do certame licitatório, pelo preço de **R\$ 8.300.000,00**. Os inteiros teors das Atas de Julgamento das propostas e da habilitação estão disponíveis na internet, no site da Sanepar (<http://licitacoes.sanepar.com.br>). Abre-se o prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis, conforme determina a legislação vigente.

João Henrique Ribeiro do Prado
Presidente da Comissão de Licitação

R\$ 96,00 - 60595/2014

RESULTADO DA LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA N° 135/2014

A Comissão de Licitação designada por resolução, torna público, para o conhecimento dos interessados, a habilitação da empresa **Cosec Engenharia e Meio Ambiente Eireli – EPP**, primeira classificada na fase de julgamento das propostas de preços, da referida licitação, e a declara vencedora do certame licitatório, pelo preço de R\$ 725.990,00. O inteiro teor das Atas de Julgamento das propostas e habilitação está disponível na internet, no site da Sanepar (<http://licitacoes.sanepar.com.br>). Abre-se o prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis, conforme determina a legislação vigente.

João Henrique Ribeiro do Prado
Presidente da Comissão de Licitação

R\$ 72,00 - 60378/2014

RESULTADO DE CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS CONCORRÊNCIA N° 182/2014

A Comissão de Licitação designada por resolução, comunica aos interessados que após a análise da documentação apresentada pelas proponentes no Envelope N° 2 da Licitação supracitada, apresenta a seguinte classificação:

Empresas Classificadas:

- 1º) MPA 1000 Constr. e Empreendimentos – Eireli R\$ 1.224.000,00;
- 2º) Cosec Engenharia e Meio Ambiente Eireli – EPP R\$ 1.287.799,58;
- 3º) TCS Construções e Topografia Ltda R\$ 1.289.000,00;
- 4º) Construtora Gottschild Ltda R\$ 1.360.000,00.

O inteiro teor da Ata da Sessão Pública de Abertura das Propostas está disponível na USAQ e na Internet no site da Sanepar: <http://licitacoes.sanepar.com.br>. Abre-se o prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis, conforme determina a legislação vigente, e comunica que no dia 14/07/2014 às 10h, na Unidade de Serviços de Aquisições – USAQ da Sanepar, na Rua Engenheiros Rebouças, 1376 – Curitiba – PR, estará realizando a sessão de abertura das habilitações - envelope n.º 3, da licitação em referência.

João Henrique Ribeiro do Prado
Presidente da Comissão de Licitação

R\$ 120,00 - 60574/2014

CONCORRÊNCIA N.º 179/2014.

Atualização do Estudo Técnico Preliminar e do implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário na Estação de Tratamento de Lodo do Sistema de águas de Boa Vista da Aparecida, conforme detalhe 2: Elaboração do Projeto Básico de Engenharia de Esgotamento Sanitário do município de Realeza, edital, Unidade 3: Elaboração do Projeto Básico para implantação do Sistema de Esgotamento da Oeste, conforme descrito nos anexos do edital. do Estudo Técnico Preliminar e do Projeto Básico de Esgotamento Sanitário na Estação de Tratamento de Lodo do Iguacu, conforme descrito nos anexos do edital; Unidade 5: Elaboração de Projeto Básico de Engenharia e Projetos Executivos para implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário do município de Nova Prata do Iguaçu, conforme descrito nos anexos do edital; Unidade 6: Elaboração de Projeto Básico de Engenharia para ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário do município de Santo Antônio do Sudoeste, conforme descrito nos anexos do edital. **LOTE 3** - Unidade 7: Elaboração de Estudo Técnico Preliminar e Projeto Básico de Engenharia para ampliação do Sistema de Abastecimento de Água do município de Catanduvas, conforme descrito nos anexos do edital; Unidade 8: Elaboração do Estudo Técnico Preliminar e Projeto Básico de Engenharia para ampliação e melhorias do Sistema de Abastecimento de Água do município de Sulina com interligação ao Sistema de Abastecimento de Água do município de Saudade do Iguaçu, conforme descrito nos anexos do edital; Unidade 9: Elaboração de Projeto Básico de Engenharia, para interligação de pogo, câmera de contato e casa de química, para ampliação e melhorias no Sistema de Abastecimento de Água do município de Vére, conforme descrito nos anexos do edital. **Licitação Deserta.**

Comissão de Licitação

R\$ 216,00 - 60999/2014

A Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, de acordo com a legislação, torna pública a homologação da DISPENSA DE LICITAÇÃO POR EMERGÊNCIA - CD N° 10650/2014. SERVIÇO DE TRANSPORTE DE ÁGUA - URCA - AUTO FOSSA CASCABEL LTDA - R\$ 392.712,00. OS. 224455/2014.26/06/2014. Contratação Direta – Parecer Técnico 355/2014, de 09/05/2014, Parecer Jurídico 1219/2014, de 05/06/2014 e Aprovação na REDIR 0025/2014, de 18/06/2014. DIRETORIA DA SANEPAR
Curitiba, 26 de junho de 2014.

R\$ 72,00 - 61014/2014

UEGA

USINA ELÉTRICA A GÁS DE ARAUCÁRIA CNPJ 02.743.574/0002-66

RESUMO DO CONTRATO UEGA N° 006/14

Contratada: Coringa Comércio e Representações de Equipamentos Eletrônicos de Segurança Ltda. **Objeto:** Aquisição de câmeras para CFTV da UTE Araucária. **Data:** 30/06/2014. **Documentos:** Pregão Presencial UEGA n.º 006/14, homologado em 12/06/2014. **Valor contratado:** R\$ 113.700,00. Informações adicionais podem ser obtidas na filial da UEGA, à Rua Duque de Caxias, 700, Costeira, Araucária-PR, telefone: (41) 3241-5105.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E RESUMO DE CONTRATO UEGA N° 013/14

Documentos: Processo UEGA n.º 013/14; **Objeto:** Aquisição de 2 (dois) Silenciadores de Válvula de Segurança (PSV) da caldeira para da UTE Araucária. **Contratada:** CCI (Control Components Inc.). **Data do Contrato:** 26/06/2014. **Valor Contratado:** US\$ 88.402,00. **Fundamentação:** art. 25, II, da Lei Federal nº. 8.666/93 e no art. 33, II, da Lei Estadual nº. 15.608/07.

AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA UEGA N° 015/14

Objeto: Aquisição de 1 (um) transformador de potência a seco para a UTE Araucária, incluídos os serviços de remoção do atual transformador e instalação do novo, conforme especificações contidas no Anexo I do Edital. **Preço Máximo:** R\$ 450.000,00. **Recebimento das Propostas:** 05/08/2014, às 10h, na UTE Araucária, Rua Duque de Caxias, 700, Costeira, Araucária-PR, (41) 3241-5105. **Informações Complementares:** O edital encontra-se à disposição dos interessados pelo site www.uega.com.br.

R\$ 216,00 - 60842/2014

Ministério Público do Estado do Paraná

Extrato de Inexigibilidade de Licitação e de Termo de Contrato PROTOCOLO: 8308/2014 - INEXIGIB.: 28/2014 - CONTRATO: 55/2014

CONTRATADO: Gama Empreendimentos Editoriais Ltda/ME.

CNPJ: 17.054.906/0001-91

OBJETO: Assinatura do periódico "Revista Jurídica", de publicação bimestral, volumes 175 a 180; com base no art. 25, inciso I da Lei 8666/93 (Parecer 1.458/2014-NAJ).

DOT. ORÇAMENT.: 0960.03091434.011 - Elemento despesa: 3390.3901.

VALOR TOTAL: R\$ 1.780,00 (um mil setecentos e oitenta reais).

VIGÊNCIA: 01/06/2014 a 31/12/2014.

AUTORIZAÇÃO: Rafael Kotaka - 2º Coordenador Executivo da Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

R\$ 72,00 - 61081/2014

“A Companhia de Saneamento do Paraná torna público que celebrou com o município de PIÊN e com o ESTADO DO PARANÁ, o Contrato de Programa nº 074/2013, para Prestação de Serviços Públicos de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário, com exclusividade e por dispensa de licitação nos termos do artigo 24, inciso XXVI da Lei 8.666/93, conforme as seguintes condições:”

**ERRATA DE PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO DE PROGRAMA Nº 106/2014, PUBLICADO EM 01/JUL/2014**

Onde se Lê:

“A Companhia de Saneamento do Paraná torna público que celebrou com o município de PINHAIS, o Contrato de Programa nº 106/2014, para Prestação de Serviços Públicos de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário, com exclusividade, conforme as seguintes condições:”

Leia-se:

“A Companhia de Saneamento do Paraná torna público que celebrou com o município de PINHAIS e com o ESTADO DO PARANÁ, o Contrato de Programa nº 106/2014, para Prestação de Serviços Públicos de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário, com exclusividade e por dispensa de licitação nos termos do artigo 24, inciso XXVI da Lei 8.666/93, conforme as seguintes condições:”

Curitiba, 19 de Janeiro de 2015.

Mounir Chaowiche

Diretor-Presidente da Sanepar.

R\$ 1.464,00 - 3627/2015

RESULTADO DA LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA N 413.14

A Comissão de Licitação designada por resolução, torna público, para o conhecimento dos interessados, a habilitação das empresas primeiras classificadas nos Lotes 1 e 2, e as declara vencedoras destes, pelos preços abaixo indicados: **Lote 1: 1º) Tec-Press Representações Técnicas Ltda - EPP. R\$ 88.906,50. Lote 2: 1º) Aguaspuras Tecnologia para o Meio Ambiente Ltda. R\$ 89.950,00.** Os inteiros teores das Atas de Julgamento das propostas e habilitações estão disponíveis na internet, no site da Sanepar. (<http://licitacoes.sanepar.com.br>). Abre-se o prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis, conforme determina a legislação vigente.

João Henrique Ribeiro do Prado

Presidente da Comissão de Licitação

R\$ 72,00 - 2926/2015

RESULTADO DA LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA N 421.14

A Comissão de Licitação designada por resolução, torna público, para o conhecimento dos interessados, a habilitação da empresa CSH Engenharia e Prestação de Serviços Ltda – ME., primeira classificada na fase de julgamento das propostas de preços, da referida licitação, e a declara vencedora do certame licitatório, pelo preço de **R\$ 149.949,29**. O intiero teor das Atas de Julgamento da proposta e habilitação está disponível na internet, no site da Sanepar. (<http://licitacoes.sanepar.com.br>). **Comissão de Licitação**

R\$ 48,00 - 3241/2015

EXTRATOS DE CONTRATO

19º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão Nº 353/03 - Município: IMBITUVA - Objeto: Repasse mensal do valor correspondente a 1% (um por cento) do faturamento da Sanepar no Município, depois de deduzidas as perdas na realização de créditos e os impostos, ao Fundo Municipal de Meio Ambiente. - Data: 18/11/2014.

R\$ 48,00 - 3691/2015

A Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR torna público que recebeu do IAP, renovação de licença de operação do seguinte empreendimento: Atividade: Estação de Tratamento de Esgoto - ETE Ivaí - LO 20431. Endereço: Rua Desembargador Ermelio de Leão s/n. Município: Ivaí. Validade: 23/10/2015.

A Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR torna público que recebeu do IAP, renovação de licença de operação do seguinte empreendimento: Atividade: Estação de Tratamento de Esgoto - ETE Areial - LO 3545. Endereço: Rua Conrado Buchener, nº 58. Município: Porto Amazonas. Validade: 23/10/2015

R\$ 48,00 - 3255/2015

A Empresa abaixo, torna público que requereu ao IAP, a Licença Ambiental Simplificada para o empreendimento abaixo especificado: EMPRESA: Cia. de Saneamento do Paraná - SANEPAR. ATIVIDADE: Ampliação do Sistema de Esgoto Sanitário (Estação Elevatória de Esgoto EEE-01, Linha de Recalque e Rede Coletora). ENDEREÇO: EEE-01: Parte do Lote de Terras “A-Rem” subdivisão do Lote “A”. Colônia Goioerê. MUNICÍPIO: Tuneiras do Oeste - PR.

R\$ 48,00 - 3247/2015

A Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR torna público que recebeu do IAP, Licença Prévia para a descontaminação de terreno com óleo fluorescentes e outras no endereço do aterro sanitário da Rodovia PR 082, km 258, lote 524 - A / 525 - do Paraná

A Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR torna público que recebeu do IAP, renovação de licença de operação do seguinte empreendimento: Atividade: Estação de Tratamento de Água – ETA Despoluição - LO 10001. Endereço: Rua Venezuela - Fazenda Puc. Município: Ivaí. Validade: 15/07/2015.

DOCUMENTO CERTIFICADO

CÓDIGO LOCALIZADOR: 32281215

Documento emitido em 20/01/2015 09:26:39.

Diário Oficial Com. Ind. e Serviços
Nº 9374 | 20/01/2015 | PÁG. 12

Para verificar a autenticidade desta página, basta informar o Código Localizador no site do DIOE.

www.imprensaoficial.pr.gov.br

R\$ 24,00 - 3694/2015

Serviço Social Autônomo

Paranaeducação

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANAEDUCAÇÃO RETIFICAÇÃO

CONTRATANTE: Serviço Social Autônomo Paranaeducação.

CONTRATADA: Audiacto Auditores Independentes SS.

ERRATA: No Extrato de Termo Contratual publicado no Diário Oficial do Paraná dia 16/01/2015, Edição Nº 9372, Pág. 12. **Onde se Lê** Balanço Patrimonial levantado em 31/01/2014, **leia-se** Balanço Patrimonial levantado em 31/12/2014.

AUTORIZAÇÃO EM CONJUNTO: Décio Sergio Ramon Vianna - Diretor Técnico e Sidney Pinheiro Gonçalves - Diretor Administrativo-Financeiro.

DATA: 20/01/2015.

R\$ 72,00 - 3638/2015

Ministério PÚBLICO do Estado do Paraná

Extrato de Termo de Contrato

PROTOCOLO: 15056/2014 PP: 46/2013 CONTRATO: 218/2014
CONTRATADO: Hikari Densi Instalações Elétricas e de Informática Ltda.
CNPJ: 85.482.669/0001-10.

OBJETO: Prestação de serviços de infraestrutura, cabeamento lógico, instalações elétricas e telefônicas nas Promotorias de Justiça de Londrina localizadas na R. Capitão Pedro Rufino, nº 605.

DOT. ORÇAMENT.: 0960.03091434.011 - Elementos de Despesa: 3390.3026, 3390.3005 e 4490.5235.

VALOR: R\$ 1.918,37 (um mil, novecentos e dezoito reais e trinta e sete centavos).

VIGÊNCIA: Conforme o disposto no Termo de Referência, a contar da data consignada na OS - Ordem de serviço.

AUTORIZAÇÃO: Rafael Kotaka - 2º Coordenador Executivo da Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

R\$ 96,00 - 3645/2015

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROTOCOLO: 21.941/2014 INEXIGIBILIDADE: 60/2014

CONTRATADO: Roseli Boerngen de Lacerda (CPF: 815.791.448-53).

OBJETO: Ministrar a palestra “Efeitos das Substâncias Psicoativas – Neuropatologia da Adição” no dia 24 novembro de 2014 na Sede do MP em Curitiba, com base no art. 25, inciso II, e no art. 13, inciso VI, ambos da Lei 8.666/93 (Parecer nº 2.919/2014-NAJ).

DOT. ORÇAMENT.: 0901.03091434.010 – Elemento de Despesa: 3390.3627.

VALOR DA PALESTRANTE: R\$ 900,00 (novecentos reais)

AUTORIZADO por: Maria Priscila M. Thomé - 1ª Coordenadora Executiva / SUBADM.

R\$ 72,00 - 3678/2015

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROTOCOLO: 23.756/2014 INEXIGIBILIDADE: 69/2014

CONTRATADO: Complexo LFG de Ensino Londrina Pós-Graduações e Carreiras Jurídicas S/S Ltda. - ME (CNPJ: 07.493.107/0001-68)

OBJETO: Inscrição da servidora Marianna Michelette da Silva no curso “Careira Jurídica – MP e Magistraturas Estaduais Prime 2015.1” com início em 26/01/2015 na cidade de Londrina PR c/ base no art. 25, inciso II e §1º, combinado com o art. 13, inciso VI, ambos da Lei 8.666/93 (Parecer nº 3229/2014-NAJ).

DOT. ORÇAMENT.: 0901.03091434.010 – Elemento Despesa: 3390.3921

VALOR: R\$ 2.212,00 (dois mil, duzentos e doze reais).

AUTORIZADO por: Rafael Kotaka - 2ª Coordenadoria Executiva / SUBADM.

R\$ 72,00 - 3668/2015

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 54/2014-MP/PGJ DO E HOMOLOGAÇÃO

o Pregoeiro julgou DESCLASSIFICADAS as Equipamentos para Escritório, Ltda, Tecnoflex Móveis Ltda, Personalize Móveis Ltda, por igual; e julgou HABILITADA e VENCEDORA a Móveis Ltda, no lote único. O prazo recursal é recurso. Face negociação do Departamento de Assuntos Administrativos ADJUDICOU e encaminhou ao Pregão Presencial nº 54/2014-MP/PGJ, à Móveis Ltda, no lote único, com o valor total de R\$ 1.918,37 (um mil, novecentos e dezoito reais e trinta e sete centavos).

R\$ 96,00 - 3519/2015